



XXVIII Mostra Científica da Uniplac

PROGRAMAÇÃO APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

22/10/2025

DIREITO – A partir das 08 h

LOCAL: SALA 6319

A LEGITIMIDADE JURÍDICA DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE DEPENDENTES QUÍMICOS DIANTE DA (IN)EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS.

REDE CATARINA E PREVENÇÃO À VIOLENCIA CONTRA MULHER: DESAFIOS, AVANÇOS E BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO DA POLÍCIA MILITAR

A TRANSFERÊNCIA DE JURISDIÇÃO DA ESFERA NACIONAL PARA A INTERNACIONAL: CONSEQUÊNCIAS DA PERDA DE SOBERANIA EM FAVOR DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS.

A DESJUDICIALIZAÇÃO NA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL COMO MEIO DE REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA (RURAL)

OS IMPACTOS DA INOBSERVÂNCIA JURÍDICA E LEGISLATIVA SOBRE OS NÚCLEOS FAMILIARES HOMOAFETIVOS, SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

DEEPFAKE PORNÔGRÁFICO E OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE CIVIL: UMA ANÁLISE DA PROTEÇÃO DA HONRA, IMAGEM E DIGNIDADE NO CONTEXTO DIGITAL BRASILEIRO

INTERVENÇÃO MÍNIMA E PROTEÇÃO INTEGRAL: A VEDAÇÃO DA LEI 9.099/1995 NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O DIREITO ANIMAL NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA: ANÁLISE DOS ÚLTIMOS 10 ANOS (2015 A 2025)

LOCAL: SALA 6321

A PUNIÇÃO ESTATAL NO CASO DE CONDENAÇÃO CRIMINAL E A (IN)EFETIVIDADE NO COMBATE À REINCIDÊNCIA.

DESAPOPRIAÇÃO DE PROPRIEDADE RURAL PRODUTIVA EM FACE DO DESCUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL

FRAUDES ELETRÔNICAS E O COMÉRCIO DIGITAL: DIFICULDADES PROBATÓRIAS E INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DIGITAIS

A DISCRICIONARIEDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA JUSTIÇA NEGOCIADA: LIMITES E POSSIBILIDADES DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI HENRY BOREL

ALIENAÇÃO PARENTAL NO ÂMBITO DA GUARDA COMPARTILHADA E UNILATERAL: UM ESTUDO À LUZ DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR

NORMA REGULAMENTADORA 01E AÇÕES TRABALHISTAS

COMPATIBILIDADE DO QUESITO SOBRE INCIDÊNCIA DE HOMICÍDIO PRIVILEGIADO COM FEMINICÍDIO.

IMPOSTO SELETIVO NA REFORMA TRIBUTÁRIA: DESAFIOS E IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS NO BRASIL